

1 PLANO PLURIANUAL – PPA: Base do Processo de Planejamento e Gerenciamento Público

O PPA - Plano Plurianual formaliza o programa de governo através dos objetivos, metas e ações para os próximos quatro anos, com os quais se buscará cumprir os compromissos assumidos e validados com a sociedade pelos resultados do processo eleitoral.

No tocante ao PPA para o Município de Várzea Grande, período 2010-2013, manteve-se a visão de futuro elaborada em 2005 por um grupo político com ideais voltados ao pleno desenvolvimento deste Município.

Essa visão, representada pela “Agenda 23”, foi elaborada mediante a avaliação de várias questões relativas ao contexto sócio-econômico estadual. O primeiro ponto considerado foi o modelo de desenvolvimento pelo qual se dá o crescimento econômico de Mato Grosso, cujos resultados têm gerado riqueza sem, entretanto, provocar impactos sociais positivos, haja vista os problemas dele derivados, onde o maior agravante é a concentração sócio-espacial da renda.

Segundo essa Agenda, a visão estratégica para se construir uma **“Várzea Grande forte economicamente e justa socialmente”**, depende de políticas de crescimento e desenvolvimento econômico que revigorem a vocação industrial e comercial, além da busca de novas alternativas econômicas, transformando o Município numa terra de empreendedores, gerando mais empregos, distribuindo mais renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

No contexto posto, o Município de Várzea Grande não tem como desafio apenas projetar-se, ao lado da Capital, como cidade líder no Noroeste do Brasil e, até, da região central da América do Sul. Além disso, deverá implementar uma política de desenvolvimento mais ousada e inclusiva, para que se supere o comportamento experimentado pelo município diante do processo

econômico estadual; comportamento este que não o tem favorecido na captação dos investimentos que são alocados em outros municípios.

Além da mudança do modelo de desenvolvimento econômico, a redução das desigualdades sociais passa obrigatoriamente pela melhoria dos serviços públicos e da infra-estrutura urbana, o que depende de uma nova concepção de Administração Pública e uma nova forma de gerir os recursos públicos. O sucesso dessa empreitada é esperado, apostando-se em políticas e ações embasadas por princípios e valores relacionados à **Justiça Social, a Responsabilidade, a Transparência, a Honestidade e a Participação**, mas também instituindo as mais modernas tecnologias administrativas e os mais modernos instrumentos de gestão.

Quanto à democratização da gestão, expressa na “Agenda 23”, será alcançada através da efetiva participação política da população, de forma a sugerir ações, além de fiscalizar e avaliar o desenvolvimento e as decisões do Governo Municipal, o que está em sendo implementado através do levantamento de necessidades e problemas de cada comunidade, tanto as urbanas como as rurais, cujas cópias fazem parte deste PPA, e cujo atendimento é meta dessa administração.

Ato contínuo, haverá a implementação de procedimentos administrativos que possibilitem e facilitem aos munícipes o acesso à informação, conforme previsto no projeto de modernização em desenvolvimento nesta prefeitura, garantindo a efetiva transparência da gestão municipal.

3 O MODELO DE GESTÃO VOLTADO PARA RESULTADOS

O eixo de mudança do modelo da gestão municipal, em andamento, é a implementação de metodologia voltada para resultados, também chamada “administração gerencial”. Além da definição de objetivos, estratégias e metas a serem cumpridas, vinculadas a uma visão estratégica do Município, a administração gerencial depende de planos de trabalho compatíveis com as metas e com os recursos disponíveis, e uma sistemática de controle de sua execução.

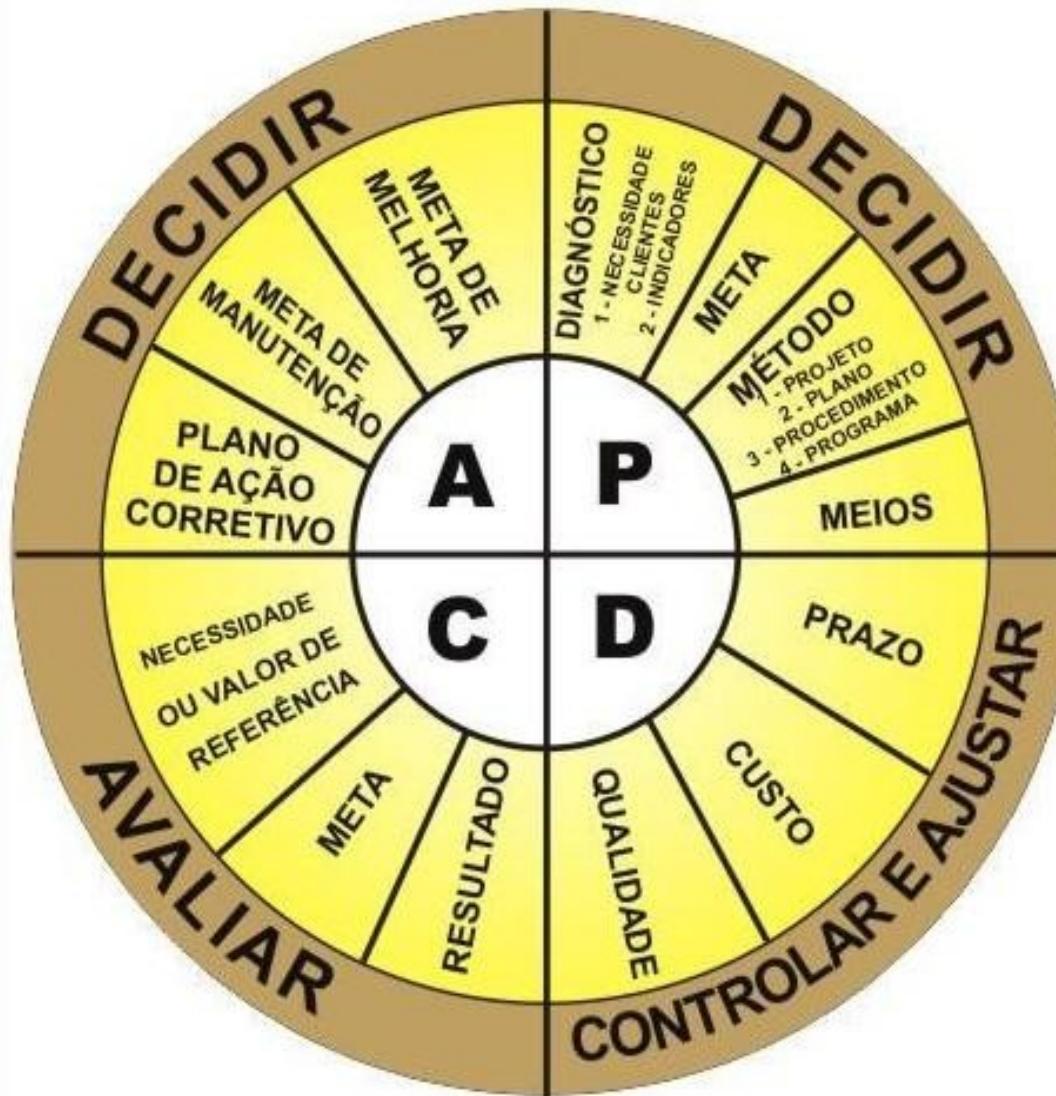
São premissas e objetivos da administração gerencial:

- Reorganizar e redefinir o papel do município;
- Reduzir custos e equilibrar as contas públicas;
- Aumentar a transparência, alcançar maior articulação com a sociedade e melhor atendimento ao cidadão;
- Trabalhar com definição de prioridades e cobrança de resultados;
 - Introduzir a cultura da qualidade, produtividade, trabalho por resultados e responsabilidade;
- Superar modelos burocráticos e patrimonialistas, incorporando técnicas gerenciais; e
 - Descentralizar a administração, transferindo recursos e competências para órgãos, municípios e servidores.

Esse modelo de gestão precisa ser compartilhado e participativo, pois o seu fator crítico de sucesso não é a técnica, e sim, a cultura organizacional. Antes que a técnica, a gestão por resultados depende da atitude e da motivação intrínseca dos servidores e da liderança, por isso, precisa do envolvimento de todos os níveis de decisão e de operacionalização da Prefeitura. O marco inicial é justamente a etapa do planejamento, onde são estabelecidos os objetivos estratégicos e as estratégias para atingi-los; e no nível tático, se definem os programas com seus objetivos e ações (projetos e atividades), para a sua execução no nível operacional. Esse modelo é representado pelo PDCA (Figura 01), método científico de gestão que se constitui de quatro etapas: P) planejar; D) controlar e ajustar; C) avaliar; e A) padronizar, corrigir ou melhorar a partir dos resultados alcançados, num ciclo contínuo.

FIGURA 01: PDCA - MODELO DE GESTÃO EM IMPLANTAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Fonte: Seplan – VG.



Destaque-se que nesse modelo, resultado é “tudo aquilo que atende a necessidade ou resolve o problema do cliente”. Portanto, a ênfase da gestão é a satisfação do cliente-cidadão e, nesse sentido, a opção em adotá-lo implica no poder público assumir o compromisso de buscar solucionar de forma efetiva os problemas que atingem diretamente a sociedade, atacando inclusive as questões que comprometem a atuação da administração municipal.

Este, portanto, é um grande desafio para a administração pública: introduzir os princípios da administração gerencial na administração, ora burocrática, ora patrimonialista.

O primeiro e mais importante passo nesse sentido já foi tomado por esta administração, reconduzida pela população para os próximos 4 anos: no período de junho de 2008 a março de 2009, a Secretaria de Planejamento realizou 127 reuniões que cobriram os 149 bairros e comunidades rurais do município, perguntando: **“Quais são as necessidades e problemas, por ordem de prioridade, de sua comunidade?”**, em reuniões agendadas com os presidentes das associações de bairro e amplamente divulgadas através de carro de som e outros meios. Esse levantamento está sendo utilizado desde então para definição das ações municipais, buscando-se atender o máximo possível das demandas, respeitando-se os limites orçamentários do município.